

JORNAL DO SENADO

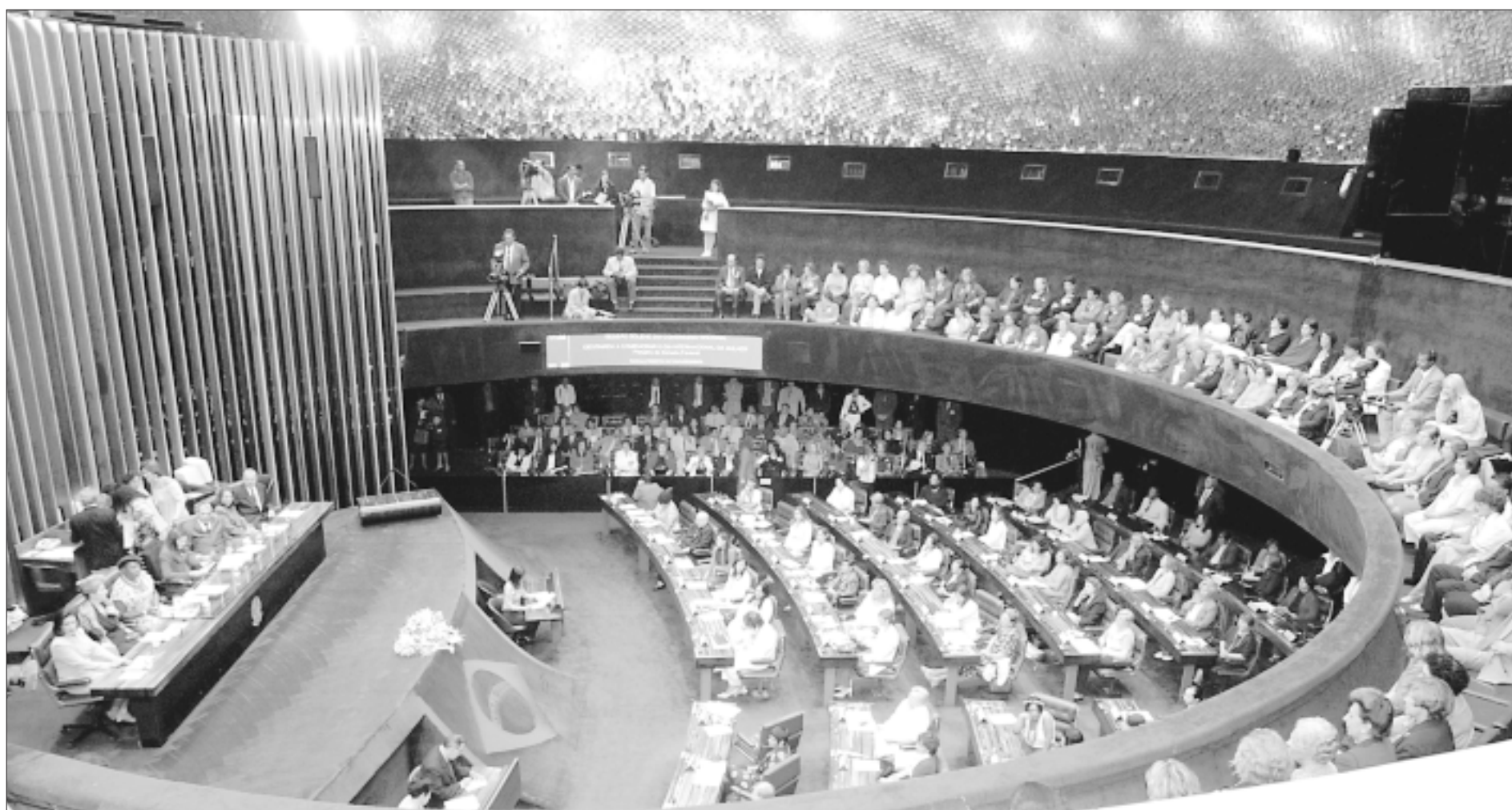
ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.657 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2003

Plenário deve votar hoje a renegociação de dívida rural

O projeto que trata da renegociação de débitos de pequenos agricultores deverá ser votado hoje pelo Senado. O requerimento que adiou a decisão sobre a proposta, prevista para ontem, foi apresentado pelo líder do PFL, José Agripino, a pedido do relator Jonas Pinheiro. A iniciativa surpreendeu o líder do governo, Aloizio Mercadante.

PÁGINA 2



Mulheres contra toda forma de violência

Com participação maciça das parlamentares do Senado e da Câmara e de várias autoridades do Executivo e do Judiciário, o Congresso Nacional celebrou ontem o Dia Internacional da Mulher. O senador José Sarney transferiu a presidência dos trabalhos para a senadora Serys Slhessarenko. Os pedidos de paz e o repúdio a todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres marcaram os discursos.

PÁGINAS 6 E 7

Com o Plenário do Senado lotado, Congresso homenageou mulheres em sessão solene que durou mais de três horas

Comissão chama Graziano para que se desculpe por preconceito

PÁGINA 4

Sarney pede paz e critica ações de Bush

O presidente do Senado, José Sarney, condenou possível ataque dos Estados Unidos ao Iraque. Sarney disse que o governo Bush destrói as instituições que seu país montou no mundo. Os senadores Eduardo Suplicy, Sibá Machado e Tasso Jereissati também defenderam o caminho da paz.

PÁGINA 3

Adiada reunião do Conselho de Ética

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), adiou para a próxima semana a reunião marcada para hoje. De acordo com Juvêncio, o adiamento ocorreu em decorrência do trancamento da pauta da ordem do dia pelo projeto de conversão da medida provisória que trata da dívida dos pequenos agricultores. Como não houve votação, e a MP impede a deliberação de outras matérias, os senadores indicados pelos partidos não puderam ser referendados em Plenário.

Juvêncio — que foi indicado pelo PMDB para permanecer na presidência do conselho — disse que, regimentalmente, não há como reunir o conselho. De acordo com o Regimento Interno do Senado, é preciso esperar 48 horas após a aprovação dos integrantes pelo Plenário para a realização da reunião, explicou. Ele descartou a hipótese de a MP da dívida dos agricultores não ter sido votada com a intenção de adiar a reunião do conselho.

CFC poderá ter subcomissão para fiscalizar agências

Na reunião da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), realizada ontem, foi feita a leitura de cinco requerimentos, entre os quais o que propõe a criação de uma subcomissão permanente para concentrar as atividades de fiscalização das agências reguladoras. Segundo a autora da proposta, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), a subcomissão permitiria um melhor desempenho no controle das atividades das agências reguladoras.

A senadora pelo Pará também apresentou outros dois requerimentos: um solicitando a convocação de audiência pública com o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, para tratar da nova política que se pretende implantar na instituição, e outro propondo a investigação de atos praticados pelo Grupo Rede de Empresas Distribuidoras de Energia, responsável pela administração de oito concessionárias de energia elétrica no país.

Senado deve votar hoje MP da dívida dos agricultores

Exclusão dos devedores do Programa Especial de Saneamento de Ativos motivou novo pedido de adiamento, apresentado por José Agripino

O Senado deverá votar hoje Projeto de Conversão nº 33, relativo à Medida Provisória nº 77, que trata da renegociação das dívidas dos pequenos agricultores junto ao Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procer), ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a bancos oficiais. O adiamento da votação, prevista para ontem, foi feito com base em requerimento do líder do PFL, José Agripino (RN), por solicitação do relator da matéria, Jonas Pinheiro (PFL-MT).

O novo pedido de adiamento surpreendeu o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que explicou ter sido fechado um acordo na véspera, com representantes de todos os partidos e do próprio relator, Jonas Pinheiro. Pelo acordo, as dívidas

no âmbito do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) seriam objeto de análise posterior e resolvidos por meio de uma nova medida provisória, a ser editada pelo governo em 30 dias.

Mercadante argumentou que o acordo foi ampliado para todos os pequenos devedores rurais, e não apenas aos do semi-árido nordestino; que os prazos de pagamento seriam prorrogados por mais 90 dias; e que as dívidas no âmbito do Pesa seriam individualizadas, mas em nova MP.

Osmar Dias (PDT-PR), com apoio do relator, lembrou que, com a exclusão do Pesa, cerca de 5,76 mil contratos ficam de fora, sendo que mais de 4 mil são de pequenos agricultores, com dívidas inferiores a R\$ 5 mil. “E a maioria é de cooperativas de pequenos produtores. Não é verdade

que ficam de fora apenas os grandes, com dívidas acima de R\$ 500 mil”, disse Osmar.

Ao fazerem apelo para que a votação acontecesse ontem, o líder do PT, senador Tião Viana (AC), e a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disseram que a deliberação impediria que a imprensa especulasse que, por trás de tudo, estaria a intenção de obstruir a instalação do novo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a conseqüente investigação das acusações contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

A advertência revoltou o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), que garantiu: “Agora mesmo é que o PSDB não vota hoje esta medida provisória, porque não admitimos insinuações contra a nossa honra ou que temos segundas intenções”, reagiu.

Eduardo quer comissão de defesa do consumidor

O 2º vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), apelou ontem em Plenário pela aprovação de projeto de sua autoria que cria a Comissão de Defesa do Consumidor na Casa. Sua reivindicação foi motivada por pesquisa do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) que apontou um “desempenho insatisfatório” na atuação de sete agências e órgãos reguladores de serviços públicos privatizados.

— O resultado não foi dos melhores. A Aneel (Agência Nacio-



Rosevelt Pinheiro

Senado deve discutir interesses do povo, diz Eduardo Siqueira Campos

nal de Energia Elétrica), administrada por um dos maiores homens públicos do país, José Mário Abdo, recebeu a melhor nota, 5,8, sendo considerada regular — informou.

Eduardo elogiou o trabalho do Idec, que analisou, entre outros aspectos, a comunicação com

o consumidor, a transparência no acesso a informações e a efetividade na atuação dos órgãos. “No momento em que se discute o aumento de tarifas e que o presidente Lula se mostra insatisfeito com as agências reguladoras, é

importante avaliar os meios de participação dos consumidores nestes órgãos”, disse.

Além da Aneel, foram avaliadas as agências reguladoras das áreas de telecomunicações (Anatel), vigilância sanitária (Anvisa) e planos de saúde (ANS) e os seguintes órgãos: Banco Central, Secretaria de Defesa Agropecuária e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). Como o Senado já aprecia as indicações para as diretorias dessas instituições, e vem se aproximando cada vez mais da opinião pública por meio dos veículos de comunicação da Casa, Eduardo acredita ser oportuno criar “uma comissão voltada para a discussão de questões de interesse do povo”.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2003

Presidente
José Sarney

10h — Reunião da Comissão Diretora do Senado
11h — Preside sessão deliberativa ordinária
16h — Recebe Francisco Luzán, vice-presidente do Banco Santander Central Hispano, acompanhado de Gabriel Jaramillo, presidente-executivo no Brasil

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: MP nº 77/02 que autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471/98, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes, dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; MP nº 78/02 que autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate a febre aftosa; MP nº 81/02 que abre crédito extraordinário em favor de encargos financeiros da União e refinanciamento da dívida pública mobiliária federal, no valor global de R\$ 17,84 bilhões; MP nº 84/02 que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 10 milhões; PDL nº 3/03 que aprova a programação monetária relativa ao primeiro trimestre do ano de 2003; votação, em primeiro turno, das PECs nºs 38/00 que dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 55 da Constituição federal, para exigir voto ostensivo no caso de perda de mandato de deputado e senador nas hipóteses dos incisos I, II e VI do caput do mesmo artigo e 21/01 que altera a redação do artigo 6º da Constituição federal; Mensagens nºs 286 e 288, de 2002, que submetem à deliberação do Senado a indicação de João Gualberto Marques Porto Júnior e de Renato Luiz Rodrigues Marques para, respectivamente, exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto às Repúblicas de Cingapura e da Ucrânia; Parecer nº 81/03 que submete à deliberação do Senado a indicação de Teori Albino Zavascki para compor o Superior Tribunal de Justiça; Mensagem nº 17/03 que solicita a retirada do PLC nº 86/01, que dispõe sobre a aplicação de penalidade por infração da legislação que rege as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE); Mensagens nºs 18 e 19, de 2003, que solicitam a retirada das Mensagens nºs 282 e 363, de 2002, referentes às indicações de Antonio Augusto Dayrell de Lima para o cargo de embaixador do Brasil em Cuba e de Marcos Caramuru de Paiva para o cargo de embaixador do Brasil no Canadá; entre outras matérias.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Hélio Costa quer esclarecer financiamento dado à AES

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) anunciou ontem que está encaminhando requerimento ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, para obter informações sobre o acordo que permitiu à empresa norte-americana AES a compra do controle da



Hélio Costa indaga se empresas brasileiras têm as mesmas condições

Eletropaulo e de parte do capital da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) com financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O parlamentar informou que a empresa quer agora prazo de 90 dias para honrar seus compromissos.

De acordo com o senador, a AES pode causar prejuízos da ordem de US\$ 1 bilhão ao BNDES/FAT. Em fevereiro, segundo noticiário da imprensa, a AES não honrou o pagamento de uma parcela de US\$ 320 milhões, observou Hélio Costa. Ele quer saber do ministro se o BNDES tem garantido condições de igualdade entre empresas estrangeiras e brasileiras no acesso a recursos do banco.

Na opinião do senador, quando

aparece um obra importante no Brasil, as empresas estrangeiras obtêm empréstimos com juros subsidiados, o mesmo não ocorrendo com as empresas nacionais. De acordo com o senador, recentemente, em Minas Gerais, empréstimo para a construção de linha de transmissão entre Marimbondo e Itumbiara foi concedido para um consórcio espanhol.

O tratamento das corporações estrangeiras em relação às empresas nacionais é bem diferente, comparou o senador, destacando que neste mês a Varig teve uma aeronave arrestada em Miami (EUA) pela GE Capital Aviation Service (Gecas) por falta de pagamento do aluguel. Já em relação ao não pagamento da AES, disse Hélio Costa, o vice-presidente da Câmara do Comércio dos Estados Unidos, Mark Smith, declarou à imprensa que o governo brasileiro deveria apoiar o adiamento do pagamento da dívida da AES, pois o presidente Luiz Inácio Lula da Silva gerou incertezas no mercado internacional quando ainda era candidato.

Raupp saúda decisão de construir hidrelétricas no Rio Madeira

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) manifestou sua satisfação com matéria do jornal *O Globo* de segunda-feira informando que o governo federal construirá duas hidrelétricas no Rio Madeira, em Rondônia. Segundo o jornal, as obras, orçadas em R\$ 4 bilhões, estão previstas para iniciar em 2005.



Raupp: usinas garantirão energia para três regiões

A implantação das duas usinas, segundo Valdir Raupp, garantirá o suprimento energético das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ele destacou que a falta de fontes de energia é o principal obstáculo para o desenvolvimento de estados distantes das grandes usinas geradoras, como Rondônia. O senador opinou que mais importante do que construir linhas de transmissão para levar energia a uma região é produzir lá mesmo a energia neces-

sária para impulsionar o desenvolvimento local.

— Uma vantagem adicional das usinas no Madeira será a futura navegabilidade integral do rio, a ser garantida pela construção declusas. Isso aumentará consideravelmente as alternativas de escoamento da produção da Amazônia Ocidental e da porção norte da Região Centro-Oeste — afirmou Raupp. Ex-governador de Rondônia, Raupp lembrou que foi durante sua gestão que se iniciaram os estudos visando à elaboração do projeto das duas usinas. Explicou que os estudos foram feitos por técnicos da Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), empresa de energia que na época pertencia ao governo estadual e hoje está integrada à Eletrobrás.

Sarney condena guerra e elogia posição brasileira

Senador acredita que decisão norte-americana já está tomada, mas faz questão de declarar seu protesto como “uma manifestação de consciência”

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), ocupou a tribuna ontem para explicitar sua posição contrária ao ataque americano ao Iraque, ao mesmo tempo em que criticou as posturas adotadas pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. Sarney informou ter assinado, como ex-presidente da República, um manifesto de ex-chefes de Estado e de governo contra a guerra.



José Sarney: Bush conseguiu mobilizar em bilhões de pessoas o sentimento da paz

O manifesto, promovido pelo Interaction Council, foi firmado, entre outros, pelo alemão Helmut Schmidt, o britânico Lord Callaghan e o japonês Kiichi Miyazawa.

O senador revelou ter a sensação de praticar “um gesto de ingenuidade” ao se posicionar contra o conflito anunciado. Disse que os Estados Unidos não enviariam 400 mil soldados e toda a sua esquadra para o Golfo Pérsico “apenas para olhar as ruínas das cidades submersas de Alexandria” ou de Sidon. Para ele, a decisão está tomada e a guerra é inevitável.

— O nosso protesto é uma manifestação de consciência, sabendo que, por menor que seja o seu efeito, é um grão de areia na crença dos valores maiores da criatura humana — afirmou.

Sarney lembrou que todo o Congresso Nacional está contra a guerra e destacou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “tem sido impecável” ao colocar a postura do Brasil em defesa da paz.

— Nosso protesto pode parecer inútil e anacrônico, mas o senhor Bush conseguiu mobilizar em bilhões de pessoas o sentimento da paz — afirmou.

Para o senador, é lamentável

que esse sentimento de paz e convivência humana sem violência seja mobilizado “por causa de um execrável ditador, violador de todos os direitos humanos, inconcebível assassino de membros da própria família, invasor do Kuwait, massacrador dos curdos, silenciador de qualquer voz que contra ele se levante”, como caracterizou Saddam Hussein, o presidente do Iraque. Mas acrescentou que todas as leis, mecanismos e acordos internacionais que formam o arcabouço “erguido ao longo de 200 anos de convivência internacional” não podem ser destruídos para “esconder os verdadeiros motivos do senhor Bush nesta cruzada”.

Sarney citou diversos pensadores e estadistas que lutaram pela construção da paz mundial, desde o prussiano Kant até Franklin Delano Roosevelt, presidente que comandou os Estados Unidos nos primeiros anos da Segunda Grande Guerra. O senador lembrou que, com o fim da guerra, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), um sistema de organismos multilaterais “que tem funcionado, que foi capaz de evitar, nos anos de guerra fria, a catástrofe nuclear”.

— O que o senhor Bush está fazendo, mais do que a guerra, é desmontar esse sistema que a Humanidade levou tantos anos para construir e ameaçar os direitos individuais e tudo o que foi conquistado durante a paz — ressaltou o presidente do Senado, lembrando que a guerra já fez duas vítimas: os primeiros-ministros da Grã-Bretanha, Tony Blair, e da Espanha, José Maria Aznar, que apoiaram o ataque americano apesar da opinião contrária da população de seus países.

ADMIRAÇÃO

Sarney afirmou ter “grande admiração” pelos EUA, que considera um “país extraordinário”. Destacou a atuação daquela nação na defesa dos direitos humanos, da liberdade e da democracia. Segundo ele, o “equivoco que é o governo Bush” destrói “as instituições que eles próprios montaram no mundo”. Para ele, Bush “queimou a solidariedade mundial que houve em relação aos Estados Unidos” após os atentados de 11 de setembro.

O atual governo americano, acrescentou Sarney, destrói, dentro dos Estados Unidos, “o grande arcabouço de direitos individuais e humanos”. Segundo ele, seria inconcebível, há alguns anos, que membros do Conselho de Segurança da ONU fossem “acompanhados e escoltados por integrantes do Departamento de Estado” — o equivalente ao Ministério das Relações Exteriores — ou que autoridades americanas considerassem de público “justificável” que os Estados Unidos pressionem países a votar de acordo com seus interesses.

Em apartes, manifestaram-se em apoio ao pronunciamento de Sarney os senadores Sibá Machado (PT-AC), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Azeredo encerra discussão sobre dívida de MG

Na reunião em que a Comissão de Assuntos Econômicos ouviu os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento, Guido Mantega, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) foi informado de que o contrato de renegociação da dívida de Minas Gerais, feito em seu governo, foi altamente vantajoso para o estado.

“Penso que V. Ex^a não encontrará em lugar nenhum do mundo a diferença de *spread* entre a sua

dívida e a da União; nada que se possa dizer que há possibilidade de acordo melhor”, frisou o ministro.

Ante a pergunta de Azeredo sobre a perspectiva de renegociar de forma mais favorável essa dívida, Palocci afirmou não haver qualquer possibilidade de rever os contratos feitos pelos estados, mesmo porque, se revistos, podem ficar mais desfavoráveis. As afirmações de Palocci levaram Azeredo a comentar: “Nos quatro últimos anos, e até recente-

mente, tenho sido alvo de críticas, algumas as mais descabidas, de que a negociação da dívida não teria sido boa para o estado”.

Com as declarações de Palocci, Azeredo considerou encerrada a discussão: “Que se aguarde o julgamento da história”, afirmou.



Azeredo destaca afirmações de Palocci na CAE

CCJ ouvirá Graziano sobre declaração que vincula nordestinos a violência

Senadores da Comissão de Justiça pretendem que o ministro de Segurança Alimentar explique afirmação polêmica, feita a empresários de São Paulo, a respeito de migrantes

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem requerimento do senador Amir Lando (PMDB-RO) para que o ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano da Silva, seja ouvido pelo colegiado, em conjunto com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE). A decisão ocorreu após duas horas de discussão sobre a proposta do senador Almeida Lima (PDT-SE) que defendia a aprovação de voto de censura ao ministro.

Em evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), no dia 7 de fevereiro, o ministro afirmou: "Temos de criar emprego lá (no Nordeste); temos de gerar oportunidade de educação lá; temos de gerar cidadania lá. Porque, se eles (os nordestinos) continuarem vindo para cá (São Paulo), nós vamos ter de continuar andando de carro blindado". A afirmação ganhou desta-

que no *Jornal Nacional*, da Rede Globo, relacionando a violência com a presença de migrantes nordestinos em São Paulo.

Na reunião, os senadores da comissão concordaram que Graziano terá a oportunidade de se desculpar pessoalmente ao Senado pela declaração polêmica, tida como preconceituosa, que relacionava os nordestinos à violência urbana nas grandes cidades. Com a aprovação do convite a Graziano, Almeida Lima retirou o requerimento.



Amir Lando (D) é autor do requerimento de convite a José Graziano da Silva aprovado ontem pela CCJ

Petistas destacam compromisso de ministro com fim da pobreza

Como líder do governo, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) considerou o debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acerca das declarações do ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano da Silva, importante para esclarecer a questão. Ele reconheceu a importância da cultura nordestina em São

Paulo e no PT do estado, que elegeu uma prefeita nordestina, a paraibana Luiza Erundina (hoje deputada pelo PSB), e teve um candidato nordestino ao governo, o presidente do partido, José Genoíno, nascido no Ceará.

Criticando o senador Almeida Lima (PDT-SE), Mercadante afirmou que mencionar o

local de nascimento de Graziano não contribui para a discussão. Em vez disso, afirmou o líder do governo, é importante destacar que o ministro é "um dos maiores estudiosos do cientista Josué de Castro", autor de *Geografia da Fome*, que declarava com frequência que o Brasil está dividido entre os que não dormem porque têm fome e os que não dormem com medo dos que têm fome.

— Temos que defender o fim da desigualdade e a desconcentração da riqueza. As pessoas têm que ter a opção de viver na terra onde nasceram — disse Mercadante.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou a presença de Graziano no Senado "com a maior brevidade possível" e destacou os propósitos do ministro de defender a paz e erradicar a fome. Para o senador Tião Viana (AC), a biografia de Graziano se confunde com a luta pelos direitos humanos, pela inclusão social e pelo fim das desigualdades regionais.



Segundo Lobão, CCJ precisa encontrar forma para apressar votação das 800 matérias em pauta

Lobão quer Comissão de Justiça mais ágil

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), pediu aos membros do colegiado maior rapidez na apreciação de projetos ali em tramitação. Ele advertiu que, se a providência não for adotada, parte dos trabalhos do Senado pode ser interrompida, já que quase todas as proposições passam pelo crivo da comissão.

O senador informou que cerca de 800 matérias, entre projetos, propostas de emenda à Constituição e decretos legislativos, entre outras, aguardam o exame da CCJ. Por isso, disse, é necessário encontrar uma fórmula para dar maior celeridade aos trabalhos do órgão.

Lobão observou que na reunião de ontem, com 31 proposições em pauta, a CCJ examinou apenas o requerimento solicitando voto de censura a declaração do ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano da Silva.

A discussão do requerimento durou cerca de duas horas e, ao final, os trabalhos foram interrompidos em virtude da sessão conjunta do Congresso em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) solicitou a retirada de pauta de quatro propostas de emenda à Constituição que reduzem a idade mínima de responsabilidade penal de 18 para 16 anos. Como relator, Lando emitira parecer favorável à imputabilidade penal de maiores de 16, se constatado seu amadurecimento intelectual e emocional. Lando quer tempo para atualizar seus relatórios.

A CCJ também aprovou requerimento do senador Osmar Dias (PDT-PR) solicitando que seja convidado representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) para a audiência sobre projetos que regulamentam as atividades cooperativistas.

Senadores cobram medidas contra desigualdade regional

Os senadores da CCJ aproveitaram o debate acerca da proposta de voto de censura ao ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano da Silva, para defender a necessidade de o país tomar ações concretas contra as desigualdades entre as regiões brasileiras.

Enfático no combate à desigualdade regional, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) considera que uma "visão arrogante do Centro-Sul" é responsável pela "perpetuação da concentração de renda no Brasil". Para ele, a melhor forma de combater a exclusão é investir no desenvolvimento das regiões mais pobres. Jereissati observou que, dos 68 membros do Conselho de Segurança Alimentar, apenas dois são nordestinos e nenhum é da Região Norte.

O senador César Borges (PFL-BA) condenou o fato de o governo passado, que extinguiu a Sudene, nunca ter definido uma política para o desenvolvimento regional. No atual governo, continuou, ainda não há política para combater essa desigualdade. Ele defendeu a "guerra fiscal" como a única saída dos governos estaduais para defender sua autonomia federativa e atrair investimentos.

— Não há preocupação do governo federal para geração de emprego e renda no Nordeste. Quando se vê o Fome Zero, que sensibiliza o povo, vemos a repetição de mais um programa assistencialista que vai dar comida. Não queremos simplesmente a comida, mas o emprego e o desenvolvimento regional — declarou Borges.

Garibaldi e Luiz Otávio foram os primeiros a sugerir convite

Acompanhado pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA), o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) foi o primeiro a sugerir que a CCJ, em conjunto com as demais comissões, receba o ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano da Silva, para que ele tenha a oportunidade de manifestar sua posição — e pedir desculpas — pessoalmente sobre declarações vinculando os nordestinos à violência nos grandes centros urbanos. De acordo com Garibaldi, o sentimento de indignação que se seguiu à declaração de Graziano é comum a todos os nordestinos.

— Ele tem muito a dizer ao Senado porque coordena o programa Fome Zero, que é muito abrangente e gera muita expectativa. Para quem dirige um programa como esse, seu erro foi fa-

tal para gerar todo esse tumulto e indignação — declarou Garibaldi. Mercadante também reafirmou que o ministro tem grande interesse em vir ao Senado o quanto antes.

Para o senador Demóstenes Torres (PFL-GO), faltou a Graziano "traquejo e senso de oportunidade". Ele também ponderou que a violência não tem apenas causas sociais.

Ao fim dos debates, o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), elogiou o nível das discussões e a solução ponderada encontrada pelos membros do colegiado. Líder do PDT, o senador Jefferson Péres (AM) atribuiu grande valor ao pedido de desculpas de Graziano "por sua incontinência verbal". Em alguns povos, disse Jefferson, "um pedido público de desculpas apaga quaisquer atos".

Prefeitos trazem reivindicações ao Congresso

Participantes da 6ª Marcha a Brasília foram recebidos pelo vice-presidente do Senado, Paulo Paim, e pediram a aprovação de projetos que definam as competências da União, dos estados e dos municípios

O Salão Negro do Congresso Nacional recebeu ontem uma caravana com os prefeitos participantes da 6ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Em solenidade da qual participaram os vice-presidentes do Senado, Paulo Paim, e da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, defendeu a redefinição das competências da União, estados e municípios como medida fundamental para qualquer reforma tributária. Para ele, é necessária a aprovação de projeto de lei complementar regulamentando dispositivo constitucional sobre o assunto.

Segundo Ziulkoski, 64% dos tributos ficam com a União, 23% com os estados e 13% com os municípios. No entanto, ressalta ele, muitas das incumbências que se-

riam dos estados acabam sendo assumidas por prefeitos, desde a manutenção de instalações policiais até gastos com transporte escolar de alunos da rede estadual:

– A reforma tributária, para ser legítima, precisa antes definir as competências – disse.

Paulo Ziulkoski também defendeu a aprovação urgente, pelo Senado, de projeto que redefine as regras de cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS). Além disso, reivindicou a aprovação de dois projetos pela Câmara, regulamentando o repasse aos municípios dos recursos do salário-educação e destinando às prefeituras verbas do Fundef para custeio do transporte escolar:

– No ano passado, foram arrecadados R\$ 3,2 bilhões com o salário-educação; um terço, aproximadamente, ficou com a União,



Paulo Paim afirmou aos prefeitos que é favorável à aprovação rápida do projeto que muda regras do ISS

e o restante com os estados. Só que em muitos casos esses recursos não chegam às prefeituras – exemplificou.

Paim afirma que Senado deve aprovar logo projeto sobre ISS

Uma das principais reivindicações dos prefeitos reunidos em Brasília para a 6ª Marcha recebeu ontem o apoio do vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS). Os prefeitos querem a aprovação pelo Senado do projeto que dá nova regulamentação ao Imposto Sobre Serviços (ISS) e Paim se comprometeu a defender na reunião da Mesa do Senado, hoje, a inclusão do projeto na pauta da Casa, em regime de urgência.

Entre outras alterações, a proposta, que tramita no Congresso desde 1991, estipula 108 novos

casos de incidência do ISS. A intenção é adequar a cobrança do principal imposto municipal à atual conjuntura econômica. Para se ter uma idéia, serviços de alta tecnologia muitas vezes escapam da cobrança do imposto por não haver previsão legal para isso.

No encontro com os prefeitos, o senador Paim disse que a aprovação do projeto representará a injeção de cerca de R\$ 8 bilhões nos cofres municipais. Para ele, o Senado deve se posicionar favoravelmente à proposta, já aprovada na Câmara.

Ideli quer repasse automático do salário-educação

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) participou do encontro que o presidente Lula teve com prefeitos. De acordo com a senadora, o repasse automático aos municípios da cota estadual do salário-educação é uma das principais reivindicações dos prefeitos. Quando deputada estadual, Ideli conseguiu aprovar projeto disciplinando o repasse aos municípios. A senadora defende a adoção de mecanismo semelhante em todos os estados.

João Ribeiro defende a revisão do corte de verbas

O senador João Ribeiro (PFL-TO) defendeu ontem uma revisão do contingenciamento orçamentário feito pelo governo federal e maior aporte de recursos para os municípios. Ele afirmou que, “neste ano, o remédio foi muito amargo”, ressaltando que o corte de verbas atingiu até mesmo pequenas obras já contratadas e autorizadas pela Caixa Econômica Federal.

Lembrando que já foi prefeito, João Ribeiro disse que a 6ª Marcha, que se encerra hoje, está permitindo aos municípios firmarem posição em relação aos fundamentos da reforma tributária em elaboração pelo governo. Para ele, está claro que não será possível manter o que ficou estabelecido na Carta de Brasília, resultante do encontro entre o presidente da República e os governadores. Segundo o senador, foi estabelecido no documento que o impacto da reforma tributária teria de ser zero:

– Pude observar pessoalmente que a posição dos prefeitos é de rejeição a essa proposta – revelou.

João Ribeiro explicou que é injusta a distribuição do bolo de arrecadação dos impostos federais realizado pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), frisando que os municípios que vivem exclusivamente desses recursos nem sequer têm recebido o suficiente para atender as necessidades mínimas da comunidade.

O parlamentar defendeu a elevação dos percentuais de arrecadação recebidos pelos municípios.

Para João Ribeiro, o caminho indicado até agora pelo governo para a reforma tributária e fiscal ampliará as desigualdades existentes:

– Por que não inverter as alíquotas hoje praticadas, dando ao município a maior parte do bolo? Não seria menos oneroso para a nação, que, além das responsabilidades sobre a execução das primordiais políticas públicas de educação e saúde, por exemplo, já estivesse depositado na conta da prefeitura, pelo simples ato do repasse do FPM, um percentual que lhe permitisse executar os serviços públicos sem precisar recorrer aos famigerados programas federais, que são, na absoluta maioria das vezes organizados de costas para a realidade municipal? – questionou o senador.

Heráclito Fortes recebe prefeitos piauienses

Depois de participarem da 6ª Marcha em Defesa dos Municípios, cerca de 40 prefeitos piauienses reuniram-se ontem com o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) para debater a liberação de recursos para os municípios. No encontro, além do senador, estiveram o deputado Átila Lira (PSDB-PI), o presidente da Associação Piauiense dos Municípios, José de Andrade Maia Filho, e Carlos Alberto de Alencar, da Confederação Nacional dos Municípios. Heráclito Fortes tranquilizou os



Heráclito (segundo à esquerda) debateu com os prefeitos a liberação de recursos

prefeitos sobre a liberação de recursos para suas regiões, reiterou apoio à bandeira do municipalis-

mo e prometeu apoio no Senado às reivindicações dos municípios piauienses.



João Ribeiro considerou injusta a distribuição do bolo de arrecadação dos impostos federais

HOMENAGEM À MULHER

Um pedido de paz, com repúdio à violência

O Congresso Nacional comemorou ontem, em uma sessão solene que durou mais de três horas, o Dia Internacional da Mulher, transcorrido em 8 de março. Participaram do encontro deputadas federais, senadoras e várias autoridades do Executivo e do Judiciário. O presidente do Senado, José Sarney, abriu a sessão saudando as brasileiras e elogiando a inteligência intuitiva das mulheres, em especial no campo político. Em seguida, Sarney transferiu a presidência à senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que registrou a presença de representantes femininas das Forças Armadas, de entidades religiosas, de movimentos feministas, de trabalhadoras rurais, jornalistas, funcionárias públicas, domésticas, idosas, e de mães, na figura de Maria

Auxiliadora Braule, a Lia, mãe do menino Pedrinho, seqüestrado da maternidade e reencontrado após 17 anos.

Os discursos trataram da defesa de direitos das mulheres e da luta por mais espaço na sociedade brasileira. Estiveram presentes à sessão a secretária Nacional dos Direitos da Mulher, ex-senadora Emilia Fernandes, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Ellen Gracie; a ministra da Assistência Social, ex-senadora Benedita da Silva. Os pedidos de paz e o repúdio a todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres foram a tônica dos discursos. As participantes receberam rosas brancas de estudantes e crianças na entrada do Plenário.



José Sarney: "Sempre tivemos no comando de nossa sociedade as mulheres"

Serys quer cota de 30% dos cargos no Congresso Nacional

Primeira oradora da sessão, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu a aprovação de projeto que assegura 30% dos cargos das Mesas da Câmara e do Senado para as mulheres. Também defendeu proposta que cria, no Senado, a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Questões de Gênero.

A senadora afirmou que a discriminação contra a mulher é uma realidade, assim como o alijamento feminino do poder político. Exemplificou com a bancada de mulheres no Senado, que considera reduzida, apesar de ter crescido de seis para dez senadoras na última eleição – Marina Silva (AC) licenciou-se para assumir o Ministério do Meio Ambiente:

– De 81 cadeiras, 71 estão ocupadas pelos companheiros homens – observou Serys. – Nós, mulheres, não queremos ser mais, mas muito menos queremos ser menos do que os homens. Queremos a participação no poder político, sim. No Senado e no Congresso, sou a única mulher que compõe a Mesa, e ainda assim como suplente. Mas estamos conquistando e ainda vamos conquistar muito mais com a luta e esforço conjuntos.



Serys também defendeu proposta que cria, no Senado, a Comissão dos Direitos Humanos

Sarney elogia a inteligência intuitiva das brasileiras

O presidente do Senado, José Sarney, ao abrir a sessão solene, destacou a participação feminina na tarefa de criação e administração do Estado. Elogiou também a inteligência intuitiva das mulheres no trato das questões públicas e institucionais.

– Muito antes das teorias e das probabilidades, já as mulheres sabiam da instabilidade das instituições e da necessidade de mantê-las. Sempre tivemos no comando de nossa sociedade as mulheres com sua extraordinária inteligência intuitiva – declarou.

Sarney contou que, no Império, na condição de integrante da Casa Imperial do Brasil, a Princesa Isabel tornou-se a primeira senadora do Brasil, tendo assumido a Regência durante a ausência do imperador. Ele frisou as qualidades presentes na mulher brasileira:

– Quero homenagear a determinação, o senso de justiça, a segura intuição com que as mulheres iluminam os obscuros caminhos da política. Reverencio todas as mulheres lutadoras, heróicas, bravas, destemidas, humanas, trabalhadoras, mães, esposas, filhas, enfim, todas as mulheres do Brasil, nesta sessão que hoje se realiza.



Para Iris de Araújo, mulheres são as maiores vítimas das crises sociais, políticas e econômicas

Iris: conquistas femininas ainda são pequenas

Do histórico episódio de 8 de março de 1857, em que operárias de Nova Iorque (EUA) morreram num incêndio provocado pelos próprios patrões, até agora, muitas conquistas econômicas, sociais, culturais e políticas foram obtidas, mas ainda representam pouco diante do direito de igualdade de tratamento em relação aos homens, disse a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO).

A senadora destacou que as mulheres são as maiores vítimas das crises econômicas, sociais e políticas, obrigadas a cuidar de suas famílias quando as condições de vida se deterioram. O que, a seu ver, ocorreu com a globalização econômica. A 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em setembro de 1995, mostrou ao mundo, segundo a senadora, essa situação de desigualdade, com salários inferiores 40% em média em relação aos dos homens, em postos equivalentes.

Além de exemplificar evidências dessas disparidades e chamar atenção sobre a guerra iminente contra o Iraque, Iris de Araújo fez homenagem especial à poetisa goiana Cora Coralina (1889-1985).

Ana Júlia cobra políticas públicas para mais carentes

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou que a principal preocupação do movimento feminista deve ser a defesa da adoção de políticas públicas voltadas para as mulheres, especialmente para as carentes:

– Essas mulheres anônimas que lutam para sobreviver precisam de políticas específicas, pois respondem, segundo o IBGE, por 75% das chefias dos lares brasileiros (nas classes mais baixas) e por 25% da chefia dos lares de classe média – destacou a senadora.

Ela também advertiu para a necessidade de medidas que combatam a violência contra a mulher, lamentando que o governo anterior tenha vetado projeto aprovado pelo Congresso que obrigava o afastamento do lar do companheiro agressor. Para Ana Júlia, não é justo que a mulher, nessas situações, tenha que se deslocar com seus filhos para abrigos sociais.

A senadora lembrou ainda o crescimento dos índices de infecção pelo vírus HIV. Ela citou dados segundo os quais existem hoje no mundo cerca de 12 milhões de mulheres infectadas, a maioria delas jovens e casadas, que contraíram os vírus de seus maridos.



Ana Júlia disse que, segundo o Censo, 75% das famílias pobres têm mulheres como chefes



Fátima Cleide reivindicou construção de presídio em Rondônia para mulheres

Fátima Cleide pede atenção para as mulheres detentas

Durante seu discurso na sessão solene realizada no Plenário do Senado, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) pediu a construção de um presídio em Rondônia que possibilite a ressocialização das mulheres detentas.

A senadora do partido dos Trabalhadores contou ter visitado, na última semana, junto com representantes do Fórum Popular de Mulheres de Porto Velho e do Movimento de Mulheres do Estado de Rondônia, as 89 presidiárias do único presídio feminino de Rondônia, na cidade de Porto Velho.

– Precisamos pensar em uma política para as mulheres que estão reclusas. Muitas vezes estão presas por serem parceiras de homens que cometem crimes. Há uma parcela de mulheres reclusas que não tem culpa sozinha por estar presa. A sociedade e o poder instituído não podem virar as costas para esse fato. Em Rondônia esses crimes estão relacionados, na maioria das vezes, ao crime organizado e ao narcotráfico – afirmou.

HOMENAGEM À MULHER

Lúcia Vânia aponta avanços e aumento da responsabilidade

Os avanços obtidos pelas mulheres com o novo Código Civil e o aumento das suas responsabilidades pelo crescimento de famílias chefiadas por elas foram dois dos temas abordados pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), em pronunciamento na sessão solene do Congresso.

A senadora citou os números do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que registrou na década de 90 um aumento de 38% na proporção dos domicílios comandados por mulheres, subindo de 18,1% para 24,9% das residências do país. A mesma pesquisa revelou, conforme Lúcia Vânia, que cerca de 90% dessas mulheres não têm cônjuge e fazem dupla jornada de trabalho, ocupando-se também dos afazeres domésticos.

Apesar dessa carga maior, a mulher continua enfrentando uma "discriminação chocante" no que se refere a salário e a emprego, disse a senadora. Isso indica, salientou, que os núcleos familiares chefiados por mulheres estão se formando "com renda inferior às das famílias convencionais". Ela defendeu a adoção de políticas públicas para dar garantias a esse contingente feminino.



Lúcia Vânia defendeu a adoção de políticas públicas para a mulher chefe de família



Ideli lembrou a eleição, na década de 30, da primeira parlamentar negra no Brasil

A luta é longa, mas muito já foi conquistado, diz Ideli

Durante a sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que a luta contra a discriminação da mulher está apenas começando e será longa, mas que, tomada em perspectiva histórica, muito já foi conquistado.

Ideli lembrou a eleição, na década dos 30, da deputada estadual Antonieta de Barros, a primeira parlamentar negra da história brasileira. Ela batalhou muito pela legislação regulamentando o trabalho feminino, para acabar com a situação de concorrência desleal a que estavam submetidas as mulheres, disse.

— Pessoas inescrupulosas se valiam da lacuna legislativa para explorar ainda mais as mulheres. Se o trabalho é o mesmo, por que pagar menos às mulheres? Infelizmente não estamos livres desse flagelo, como mostram as estatísticas — afirmou.

A senadora também protestou contra as manchetes discriminatórias que alguns jornais apresentam. "Mulher de fulano assume cargo federal. Será que alguém já viu uma manchete com os dizeres: 'Marrido de sicrana assume posição estadual?'", perguntou.

Patrícia defende empenho de todos contra desigualdades

A senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE) comunicou ontem que foram recolhidas as assinaturas necessárias para garantir a instalação de uma comissão mista parlamentar de inquérito (CMPI) que investigará a questão da violência e da exploração sexual de crianças. A senadora pediu que o Senado se empenhe em uma grande luta na defesa das crianças e adolescentes.

Autora do requerimento de instalação da comissão, ao lado da deputada Maria do Rosário (PT-RS), a senadora lembrou que a idéia dos direitos humanos surgiu junto com a noção de injustiça. Ainda assim, ressaltou, até hoje mulheres sofrem discriminação em uma sociedade "injusta e cruel". No Brasil, relatou, a cada 15 segundos uma mulher é espancada, e a cada 12 segundos uma é vítima de ameaça.

Patrícia disse ainda que no Brasil a pobreza afeta mais a população feminina e que as mulheres enfrentam dupla jornada, o que considerou "desigual e sacrificante". A senadora pediu empenho de todos na luta para que as desigualdades possam diminuir, gerando assim uma sociedade mais justa.



Patrícia anunciou que foram obtidas assinaturas para CMPI sobre exploração sexual de crianças



Magno Malta lembrou, com emoção, do esforço de sua mãe para a formação dos filhos

Malta destaca integrantes da bancada feminina

O líder do PL, senador Magno Malta (ES), citou, durante a sessão solene, os nomes de todas as parlamentares que compõem a bancada feminina no Congresso e reclamou do tempo exíguo para destacar as suas contribuições para o país. Homenageou as representantes das Forças Armadas que compareceram ao Plenário e, com a voz embargada, lembrou de sua mãe — faxineira, que ganhava meio salário mínimo por mês e morreu aos 57 anos, vítima de câncer —, salientando o seu caráter e o empenho na formação dos filhos.

Magno Malta apoiou a criação de uma comissão mista parlamentar de inquérito (CMPI) para apurar a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes, proposta pela senadora Patrícia Saboya Gomes. Ele também pediu às deputadas presentes à sessão solene do Congresso que falem com o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, para agilizar a tramitação do projeto de lei que agrava as punições contra o crime de tráfico de entorpecentes. Segundo o senador, esse projeto irá ajudar a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Mathews.

Suplicy: presas vivem situação de horror em penitenciária de SP

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a melhor homenagem que poderia fazer às mulheres na sessão solene de ontem seria relatar a visita surpresa que fez, em companhia do padre Agostinho, à Penitenciária Feminina de Pinheiros (SP), onde encontrou uma situação de horror, com 150 mulheres vivendo "sem voz e sem vez".

Ele salientou que, como membro da Comissão Teotônio Vilela de Defesa dos Direitos Humanos, enviou correspondência ao governador Geraldo Alckmin relatando o horror que presenciou, com gritantes deficiências em higiene e assistência médica e até torturas contra as detentas.

Segundo Suplicy, é inadmissível que não existam exame pré-natal para as grávidas e tratamento especial para as portadoras de Aids e outras doenças transmissíveis. "Não parece ser uma penitenciária, e sim um mero depósito de mulheres esquecidas", protestou.

Ele manifestou também preocupação com a fronteira México/Estados Unidos, onde, recentemente, morreu de frio a brasileira Prisciliana Pereira da Costa, que aguardava o momento de entrar nos EUA.



Eduardo Suplicy enviou carta ao governador paulista relatando o que presenciou

Deputadas pedem paz e combate à pobreza

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), uma das autoras do requerimento de realização da sessão solene do Congresso Nacional para homenagear o Dia Internacional da Mulher, ressaltou que a luta pela paz e contra a pobreza é a marca da data comemorativa neste ano. Disse também que essa luta deve envolver não apenas os movimentos contra a possível eclosão da guerra, mas especialmente o combate a todas as formas de violência.

Jandira apontou ainda o que chamou de "feminização da pobreza": a maioria do 1,5 bilhão de pessoas que vivem com menos de um dólar é constituída por mulheres.

A deputada Iara Bernardi (PT-SP), que também solicitou a sessão solene, alertou para a necessidade de combater todas as formas de

violência. Ainda discursaram em homenagem ao Dia Internacional da Mulher as deputadas Almerinda de Carvalho (PSB-RJ), Alice Portugal (PCdoB-BA), Sandra Rosado (PMDB-RN), Maria do Rosário (PT-RS), Telma de Souza (PT-SP), Lúcia Braga (PMN-PB), Fátima Bezerra (PT-RN), Denise Frossard (PSDB-RJ), Maria Helena (PMDB-RR), Perpétua Almeida (PCdoB-AC), Ann Pontes (PMDB-PA), Rose de Freitas (PSDB-ES), Francisca Trindade (PT-PI), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e o deputado Maurício Rabelo (PT-TO).

O presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, afirmou na sessão solene que somente com um olhar feminino, sensível e intuitivo, a sociedade poderá seguir o caminho para "sair da crise que o Brasil atravessa".

Valadares cita dados da discriminação salarial

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que as mulheres, responsáveis por dois terços de todas as horas trabalhadas no planeta, ganham a metade do salário recebido pelo trabalhador do sexo masculino. O senador deu essa informação com base em estatística da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgada em 1999, segundo a qual no Brasil, na maioria das vezes, quando a mulher tem a possibilidade de manter o emprego, ela é obrigada a aceitar a diferença salarial de 65,8% do que é pago ao homem.

Para Valadares, enquanto o país não oferecer meios capazes de tornar mais efeti-



Para Valadares, medidas do poder público ainda são simbólicas

va a participação feminina nos quadros institucionais, com prática da norma constitucional que garante igualdade entre homens e mulheres, continuaremos a assistir apenas medidas simbólicas tomadas pelo poder público.

O senador ressaltou que as mulheres vão conseguindo sua emancipação, em relação a outros discriminados, como os negros, por exemplo, por causa da pressão da quantidade.

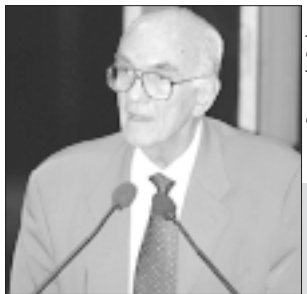
— Hoje, em qualquer turma de formatura de Medicina, Direito, Arquitetura ou Comunicação Social, há mais mulheres do que homens — concluiu.

Saturnino pede ao governo que socorra o Rio

Afirmado que só recentemente estado começou a se recuperar do esvaziamento econômico provocado pela mudança da capital para Brasília, senador cobra ajuda no setor socioeconômico e no combate à violência

Um apelo ao governo federal para que socorra com urgência o Rio de Janeiro foi feito ontem pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ). Segundo ele, a ajuda poderia dar-se no combate à violência e no desenvolvimento socioeconômico. Ele alegou que a cidade ainda é um símbolo nacional, que está no coração dos brasileiros, mas que seus habitantes se encontram "chocados com o crescimento da criminalidade".

Ele argumentou que o Rio de Janeiro foi esvaziado economicamente desde a transferência da capital da República para Brasília, em abril de 1960, e que só muito recentemente começou a se re-



Roberto Saturnino defende transformação de favelas em "bairros decentes"

cuperar, com o aumento da produção de petróleo e da indústria que atende a essa atividade.

O senador defendeu a concretização de dois projetos no estado. O primeiro, destinado a transformar as favelas em "bairros decentes", com serviços públicos que "atendam dignamente a população". O outro seria o desenvolvimento do Porto de Sepetiba — localizado no município de Itaguaí —, o que ampliaria as perspectivas de desenvolvimento econômico-social do estado, com reflexos na oferta de empregos e na qualidade de vida do estado.

Em sua análise, Saturnino lembrou que, há muito tempo, os go-

vernadores do estado do Rio têm sido de oposição ao governo federal, o que sempre dificultou o diálogo e resultou numa "discriminação notória na distribuição de verbas federais". Citou ainda a ocorrência de acordos tácitos entre o governo estadual e o tráfico de drogas, "no sentido de repartir áreas, à medida que o estado se vê impotente para dominar, com a presença da lei, as regiões de difícil acesso".

Saturnino pediu a transcrição de artigo intitulado "E se eles tiverem razão?", do teólogo e escritor Leonardo Boff, publicado no *Jornal do Brasil* do último dia 7. O senador destacou a importância do artigo para a conscientização sobre a criminalidade e a violência que cresce no país e, muito especialmente, no Rio de Janeiro. O senador Almeida Lima (PDT-SE) solidarizou-se com Saturnino.

Mozarildo sugere medidas contra as queimadas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) protestou contra matéria veiculada na noite de terça-feira pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo, que exibiu cenas de incêndios provocados por agricultores no interior de Roraima.

De acordo com o senador, derrubar e queimar as matas passou a ser a opção dos colonos assentados por governos anteriores, principalmente no



Mozarildo Cavalcanti protestou contra matéria da Rede Globo

município de Mucajá, já que não lhes foram dadas condições de praticar uma agricultura mecanizada.

Mozarildo dirigiu apelo ao governo para que sejam formuladas soluções com vistas a evitar as queimadas em Roraima. Ele entende que, com a formação de cooperativas, a abertura de linhas de financiamento e a criação de um sistema de assis-

tência técnica, poderá ser dado um importante passo para evitar as queimadas.

— Quero complementar o material daquele noticiário, que só mostra o lado perverso, como se o agricultor fizesse o incêndio pelo incêndio, quando, na verdade, o único recurso que ele tem é derrubar e queimar as matas — declarou Mozarildo. Além disso, de acordo com o senador, a queimada exibida pela televisão foi em um bananal, cuja área já havia sido usada para plantação, e não dentro da floresta.

Cerqueira Leite pleiteia verba para laboratório

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do cientista Rogério Cezar de Cerqueira Leite, que dirige o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), em Campinas (SP). Acompanhado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), Cerqueira Leite apresentou a Sarney informações sobre o desenvolvimento da ciência no Brasil e, em especial, o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo laboratório.

Cerqueira Leite entregou a Sarney seu último livro, *Energia para o Brasil — Um Modelo de Sobrevivência*, que tem como colaborador o professor Cylon Gonçalves da Silva, e também um relatório sobre a situação do laboratório. Segundo informação de



Rogério Cerqueira Leite (E) entregou a José Sarney relatório sobre instituição que dirige

Tuma, a verba orçamentária já aprovada para a instituição foi cortada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

— Cerqueira Leite é um grande cientista da Unicamp e sempre liderou a área de ciência e tecnologia no Brasil. Merece todo nosso apoio e atenção. O presidente Sarney ficou de estudar o caso — afirmou.

Capiberibe cobra asfalto em rodovia para a Guiana

O senador João Capiberibe (PSB-AP) pediu ao governo federal que cumpra com maior rapidez o acordo firmado em 1997 entre os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac, da França, para unir por rodovia asfaltada o Brasil e a Guiana Fran-



João Capiberibe: obra acelerará crescimento do Amapá

cesa. Os franceses já levaram o asfalto a poucos quilômetros do Rio Oiapoque, divisa natural com o Amapá. Cerca de 400 quilômetros da BR-156 "continuam em terra batida", informou.

Ele comunicou que ainda ontem voltaria ao seu estado, para acompanhar o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, numa visita de inspeção à rodovia. Neste momento, acrescentou, um trecho da BR-156 encontra-se tão

destruído pelas chuvas que foram isoladas as populações dos municípios de Oiapoque, Calçoene, Amapá e Pracuúba. Capiberibe informou que, por isso, um botijão de gás nesses municípios vem sendo vendido até por R\$ 120.

O acordo entre o Brasil e a França prevê ainda a construção de uma ponte sobre o Rio Oiapoque, viabilizando a integração com o departamento francês vizinho. Para ele, a população do Amapá vê no asfaltamento da rodovia uma solução para acelerar seu desenvolvimento. "Não podemos nos esquecer de que a Guiana é uma porta de entrada de produtos não apenas para a França, mas também para a União Européia", disse.



José Sarney destacou importância da Comunidade Virtual do Poder Legislativo

Sarney inaugura exposição sobre atividade do Interlegis

A importância do Programa Interlegis, que visa à formação da Comunidade Virtual do Poder Legislativo, foi destacada ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. Ele participou, ao lado do primeiro-secretário, senador Romeu Tuma (PFL-SP), da solenidade de abertura da "Exposição Interlegis", realizada no Salão Branco do Congresso Nacional.

— O Interlegis é um extraordinário programa que o Senado desenvolve, e que infelizmente ainda não tem uma grande visibilidade. É um trabalho destinado a

conectar o Senado, as câmaras municipais e as assembleias legislativas do Brasil por meio de um sistema único, uma grande rede que dá acesso ao conjunto da informação legislativa, com a utilização dos recursos que a informática nos oferece — explicou.

Sarney enfatizou que o objetivo maior do Interlegis é o de melhorar o trabalho parlamentar, dando-lhe maior visibilidade junto à opinião pública, e, ao mesmo tempo, assegurar ao povo a oportunidade de fiscalizar o Legislativo em todos os seus níveis — disse.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Mozarildo Cavalcanti e Romeu Tuma e pela senadora Ana Júlia Carepa